



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REVISÃO CRIMINAL Nº 5567 - RS (2021/0011644-5)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**REQUERENTE** : HERCULES MENDES MARINI  
**ADVOGADO** : JEAN DE ANDRADE FONTES - RS121104  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de revisão criminal de HÉRCULES MENDES MARINI que requer a revisão de sua pena.

Em sua petição o requerente alega, em síntese, a ilegalidade da condenação, porquanto não aplicada a atenuante da confissão espontânea utilizada para formação do convencimento do julgador.

Requer, liminarmente e no mérito, o reconhecimento da atenuante da confissão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De plano, não há julgado do STJ a ser revisado por meio da presente ação autônoma de impugnação.

Nos termos do art. 105, inciso I, alínea e, da Constituição Federal, compete ao STJ processar e julgar, em sede de revisão criminal, tão somente seus próprios julgados.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

*REVISÃO CRIMINAL. ROUBO DUPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO EM CONTINUIDADE DELITIVA (ART. 157, § 2º, I e II, C/C O ART. 71, PARÁG. ÚNICO, TODOS DO CPB). INEXISTÊNCIA DE JULGADO DESTA CORTE PASSÍVEL DE REVISÃO. INCOMPETÊNCIA DO STJ. INTELIGÊNCIA DO ART. 105, I, A DA CF. NÃO CONHECIMENTO.*

*1. Por força do art. 105, inciso I, alínea e da Constituição Federal, a competência desta Corte para processar e julgar Revisão Criminal limita-se às hipóteses de seus próprios julgados; assim, inexistindo nesta Corte julgamento de mérito passível de revisão em relação à condenação sofrida pelo recorrente, forçoso o reconhecimento da incompetência deste Tribunal para o julgamento do presente pedido.*

*2. Revisão Criminal não conhecida. (RvCr n. 1.029/PR, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, DJe de 10/12/2009.)*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, inciso IV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, declaro a incompetência do STJ para processar a presente revisão criminal, determinando a remessa dos autos ao Tribunal de origem para que adote as providências pertinentes.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência